

Divisão de Contratação Pública

Parecer:

Concordo com a informação ora prestada, bem como com as propostas nela constantes.

Ao órgão competente para autorização da realização da despesa e abertura do procedimento.

Despacho:

Concordo.

À Câmara Municipal, para autorização da realização da despesa e abertura do procedimento, nos termos propostos, bem como a aprovação das peças procedimentais.

Proceder às diligências necessárias.

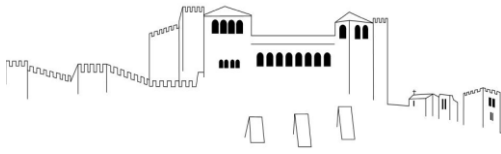
INFORMAÇÃO | INÍCIO DO PROCEDIMENTO**Considerando:**

- A proposta de aquisição externa do serviço requisitante – **Departamento de Conservação e Gestão Operacional**- (DECGO) – (NIPG 53072/2023, PAQ's 2042 e 2043/2023), na qual identifica a necessidade de celebrar um contrato de aquisição de bens, com vista a contratar o **fornecimento de gás natural canalizado, por lotes, para as instalações do Município de Leiria, na modalidade de fornecimento contínuo** (códigos de CPV **09123000** – Gás natural), sustentada no facto de o Município não dispor de equipamentos e meios que possam assegurar esta necessidade;
- As competências investidas no Departamento de Conservação e Gestão Operacional (DECGO), arroladas e descritas no ponto n.º 14 do Despacho n.º 12854-C/2021, publicado no Diário da República, n.º 252 – 2.ª série – Parte H, em 30 de dezembro de 2021, alterado pelo Despacho n.º 6852, de 30 de maio de 2022, salientando-se entre outras, promover a elaboração de estudos sobre gestão energética, designadamente no que respeita à utilização racional e eficiente de energia nos domínios da iluminação pública e de todos os edifícios municipais;
- A instabilidade financeira nos mercados de fornecimento de energias, neste caso designadamente o gás natural;
- A necessidade de redução de custos no âmbito das energias contratadas para funcionamento dos edifícios municipais.

Propõe o referido serviço requisitante (DECGO), nos termos de regra geral de escolha do procedimento e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, que seja desencadeado o procedimento de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, conforme proposta do serviço requisitante, para o **fornecimento de gás natural canalizado, por lotes, para as instalações do Município de Leiria, na modalidade de fornecimento contínuo**, nos termos abaixo expostos.

Do procedimento de contratação:

1. Os contratos a celebrar serão reduzidos a escrito e encontram-se excluído da incidência da fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 47.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, alterada (LOPTC).
2. Para efeitos de legalidade e regularidade financeira da despesa inerente aos contratos a celebrar, estima-se que o preço contratual total, não deverá exceder a importância de **€566.346,04**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, bem como das respetivas tarifas legalmente definidas, compatibilização a satisfazer pela classificação orgânica e económica 02/020201 – Plano 2021/A/7, de acordo com dados constantes da tabela abaixo:



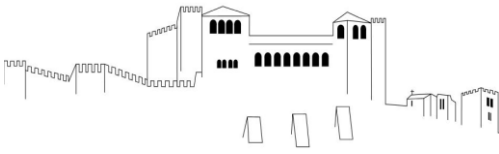
Divisão de Contratação Pública

Fornecimento de gás natural canalizado, por lotes, para as instalações do Município de Leiria, na modalidade de fornecimento contínuo	Valor 2024	Valor 2025	TOTAL	Proposta de cabimento	
				N.º	Data da autorização
Lote 1 – Gás natural canalizado Tarifa BP > 10.000 m3	€431.622,675	€39.238,425	€470.861,10	1242	01/02/2024
Lote 2 – Escalões de consumo de 1 a 4	€87.527,858	€7.957,078	€95.484,94	1243	19/02/2024
Totais	€519.150,533	€47.195,503	€566.346,04		
Nota: Acresce IVA à taxa legal em vigor, bem como tarifas legalmente definidas, que se estimam ascenderem a importância de €226.538,41.					

Trata-se de um compromisso plurianual enquadrado na autorização genérica da Assembleia Municipal de Leiria, deliberada na sua sessão de 15 de dezembro de 2023, aquando da aprovação dos documentos previsionais para 2024, com reforço da verba do plano plurianual autorizado pela 2.ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades, deliberada na sessão da Assembleia Municipal de Leiria de 16 de fevereiro de 2024.

3. Nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do CCP, conjugado com a alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal, a aprovação das peças do procedimento, das quais se destaca:

- Fixação do preço base em **€566.346,04**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, bem como de tarifas legalmente definidas, que se estimam ascenderem a importância de €226.538,41, fundamentado nos seguintes termos:
 - i. **Lote 1 – Gás natural canalizado Tarifa BP > 10.000 m3:** Com base nos preços contratualizados no acordo quadro celebrado pela CIMRL, e ainda em vigor;
 - ii. **Lote 2 – Escalões de consumo de 1 a 4:** Com base na referência de preço por (kWh) do mercado liberalizado, conforme consulta preliminar efetuada, nos termos do artigo 35.º-A do CCP (vide tabela em anexo), acrescido de aumento de 2,4%, de forma a salvaguardar a livre concorrência e garantir a adjudicação do fornecimento dos bens propostos.
- A divisão em **2 Lotes**, em cumprimento do disposto no artigo 46.º-A do CCP;
- A fixação do seguinte **valor contratual máximo**, por lote:
 - **Lote 1 – Gás natural canalizado - Tarifa BP > 10.000 m3 - €470.861,10**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, bem como das tarifas legalmente definidas;
 - **Lote 2 – Gás natural canalizado - Escalões de consumo de 1 a 4 - €95.484,94**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, bem como das tarifas legalmente definidas;
- A fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 12 meses;
- A exigência de prestação de caução no montante de 1% do preço contratual, sendo esta percentagem fundamentada no facto da complexidade do fornecimento a prestar ser relativamente baixa;
- A opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, sendo esse fator o mais baixo preço;
- Fixação dos seguintes critérios de desempate, a aplicar em caso de empate, aferido nos termos do ponto anterior, pela ordem a seguir apresentada:
 - **Lote 1 - Gás natural canalizado - Tarifa BP > 10.000 m3:**
Em caso de empate, deve ser adjudicada a proposta que apresentar o menor valor na componente “termo tarifário fixo”, conforme consta do Anexo III.
 - **Lote 2 - Gás natural canalizado - Escalões de consumo de 1 a 4:**
 - i. Em caso de empate, deve ser adjudicada a proposta que apresentar o menor valor na componente de preço do KW do 4.º escalão;



Divisão de Contratação Pública

ii. Caso se mantenha o empate neste lote, nos termos aferidos no ponto i. anterior, deve ser adjudicada à proposta que apresentar o menor valor na componente de termo tarifário fixo do 4.º escalão.

- Caso o empate subsista, em qualquer dos lotes, será realizado um sorteio em ato público, a convocar pelo júri do procedimento, por forma a selecionar a proposta a adjudicar, devendo os concorrentes ser notificados com antecedência mínima de 3 dias, para comparecerem perante esse sorteio, dando-lhes a conhecer, a data, hora e local do mesmo.

4. Quanto ao modo de apresentação de propostas propõe-se que a entrega ocorra na plataforma eletrónica – <https://www.anogov.com/cm-leiria/faces/>, nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP.

5. Para condução do procedimento, propõe-se que sejam indicados para a constituição do Júri do procedimento e técnicos procedimentais, os seguintes elementos:

Elementos do júri do procedimento:

- Paulo Pinéu (Presidente)
- Sucena Areia (Vogal Efetivo)
- João Gomes (Vogal Efetivo)
- Tiago Brito (Vogal Suplente)
- Tiago Antunes (Vogal Suplente)
- Diogo Oliveira (Vogal Suplente)
- Diana Ferreira (Vogal Suplente)

Técnicos procedimentais:

- Isabel Marto
- Isabel Sampaio
- Francisco José Santos
- Rute Anastácio
- José Areia
- Beatriz Azinhais

6. Em cumprimento do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, o acompanhamento da execução do contrato será assegurado pelo Coordenador Funcional da Divisão de Manutenção de Edifícios, Equipamentos e Sistemas - (DIMEES), enquanto Gestor de Contrato.

7. Dando cumprimento ao estatuído no n.º 5 do artigo 67.º e no n.º 7 do artigo 290.º-A, ambos do CCP, antes do início de funções, os elementos propostos para júri do procedimento e para gestor do contrato, respetivamente, terão de subscrever uma declaração de inexistência de conflitos de interesse, conforme modelos previstos no Anexo XIII ao CCP.

8. Ao abrigo do n.º 2 do artigo 69.º do CCP, propõe-se que seja delegada no Júri nomeado a competência para a prestação de esclarecimentos (artigo 50.º do CCP), que não impliquem retificações às peças do procedimento.

9. Fazem parte da presente informação os seguintes documentos em anexo: o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos.

O órgão competente toma a decisão de contratar e de autorizar a respetiva despesa, nos termos do artigo 36.º do CCP, conjugado com o n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, e com o artigo 57.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

À consideração superior.

A Gestora do Processo,



Pesquisar...

Cliente
Gás natural
A empresa



Contrato

Tarifário

Gás natural

Extinção tarifas reguladas e transitórias

Serviços

Tarifa Social

Faturação e pagamento

Serviços

Clientes com necessidades especiais

Clientes prioritários

Reclamações e pedidos de informação

Padrões de qualidade de serviço

Segurança

Consumo eficiente

Taxas de ocupação do subsolo

Guia do Cliente

Resolução alternativa de litígios

E-mails fraudulentos

SMS fraudulentos

Provedor de Ética

Gás natural

De acordo com as disposições previstas nos Decretos-Lei 30/2006 e 140/2006, e uma vez verificados todos os pressupostos legais para o efeito, a partir de 1 de julho de 2008 passaram a vigorar as tarifas aprovadas pela ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos) no quadro das suas competências e nos termos do Regulamento Tarifário.

As tarifas são compostas por:

- Termo tarifário fixo - quantia fixa a pagar por mês, variando em função da pressão de serviço da instalação e do escalão de consumo;
- Energia - quantia a pagar em função da quantidade de energia efetivamente consumida, variando em função da pressão de serviço da instalação e do escalão de consumo. Normalmente, esta quantidade será obtida a partir da leitura direta do contador; caso esta não seja possível, a quantidade de energia consumida será estimada com base no histórico de consumo no período homólogo, corrigido pela evolução do consumo do cliente, ou com base no perfil de consumo da tarifa aplicada ao cliente.

Tarifas de Venda a Clientes Finais em Baixa Pressão < 10.000 m³ / ano

Escalão	Consumo anual (m3)	Termo tarifário fixo (€ / dia)	Energia (€ / kWh)
Escalão 1	0 - 220	0,0733	0,06
Escalão 2	221 - 500	0,1103	0,0564
Escalão 3	501 - 1.000	0,1468	0,0535
Escalão 4	1.001 - 10.000	0,1705	0,0525

- Este tarifário está em vigor para o período de 01.01.2023 a 30.09.2023 do ano gás 2022-2023.
- O ano gás 2022-2023 corresponde ao período compreendido entre 01.10.2022 e 30.09.2023.
- IVA aplicável à taxa de 23% e 6% (Termo fixo de Acessos à Rede).
- Não dispensa a consulta do site da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (www.erse.pt).

Tarifas de Venda a Clientes Finais em regime supletivo de Baixa Pressão > 10.000 m³ / ano

Tarifa	Consumo anual (m3)	Termo tarifário fixo (€/dia)	Energia Fora de Vazio (€/kWh)	Energia Vazio (€/kWh)	Capacidade utilizada (€/(kWh/dia)/dia)
Diária	10.000 - 700.000	0,2449	0,042114	0,035033	0,00150575
	≥ 700.001	0,2449	0,038622	0,035033	0,00150575
Mensal	10.000 - 100.000	2,0677	0,047193	0,043604	---
	≥ 100.001	14,0722	0,044541	0,040952	---

- Este tarifário está em vigor para o período de 01.01.2023 a 30.09.2023 do ano gás 2022-2023.
- O ano gás 2022-2023 corresponde ao período compreendido entre 01.10.2022 e 30.09.2023.
- A tarifa "Fora de Vazio" é aplicada de 01.10.2022 a 31.07.2023 e 01.09.2023 a 30.09.2023.
- A tarifa "Vazio" é aplicada de 01.08.2023 a 31.08.2023.
- IVA aplicável à taxa de 23%.
- Não dispensa a consulta do site da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (www.erse.pt).

Este texto foi escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico.

Extinção das tarifas reguladas e transitórias

Serviços

Tarifa Social

ANEXO A - Gás natural

	Tipo de gás	CUI	Instalação	MORADA	Localidade	Código Postal	Consumo (kWh)	consumo ano (estimativa) (kw)	consumo ano (estimativa) m3	escalaço de consumo.
Lote 1	natural	PT160200001009856ZY	Estádio Municipal Dr. Magalhães Pessoa	Zona Desportiva Cidade de Leiria	Leiria	2402 Leiria	66804,25	801 651,00	68 225,62	
	natural	PT160200001024712QG	Complexo Municipal de Piscinas de Leiria	Av. Bernardino Pimenta	Leiria	2400 -137 Leiria	140000	1 680 000,00	142 978,72	
	natural	PT160200001174450VN	Centro de Saúde Dr. Arnaldo Sampaio	Estrada da Mata, Marrazes	Marrazes	2415-557 Leiria	11187	134 244,00	11 425,02	
						Totale	2 615 895,00 €	222 629,36		
Lote 2	natural	PT160200001145733XE	Estaleiros da Guimarota	Rua Vale de Lobos	Guimarota	2410-078 Leiria	1328	15 936,00	1 356,26	4
	natural	PT160200001086891MZ	Jl Capuchos	Rua Dr. João N. Caetano Guerreiro	Capuchos	2400-160 Leiria	4338	52 056,00	4 430,30	4
	natural	PT160200001087062JR	EB1 Arrabade	Rua Pero Alvit	Leiria	2400-208 Leiria	3753	45 036,00	3 832,85	4
	natural	PT160200001086893MQ	Jl/EB1 Guimarota	Rua Alegria	Guimarota	2410-067 Leiria	3097	37 164,00	3 162,89	4
	natural	PT160200001086890MJ	EB1 Amarela	Avenida Marquês Pombal	Leiria	2410-152 Leiria	9322	111 864,00	9 520,34	4
	natural	PT160200001223734KF	EB1 Arrabal	Rua João Deus	Arrabal	2410 Leiria	3764	45 168,00	3 844,09	4
	natural	PT160200001096940MN	EB1 Parceiros	Largo da Escola	Parceiros	2400 Leiria	180	2 160,00	183,83	4
	natural	PT160200001090230NH	EB1 Branca	Largo Rainha Santa Isabel	Leiria	2410 Leiria	12179	146 148,00	12 438,13	4
	natural	PT160200001100912VM	Jl Gândara dos Olivais	Rua Glória Gordalina	Gândara dos Olivais	2415-331 Leiria	114	1 368,00	116,43	4
	natural	PT160200001175572CF	EB1 Andrinos	Rua Principal	Andrinos	2410-014 Leiria	50	600,00	51,06	2
	natural	PT160200001109397HA	Jl Parceiros	Rua Escola	Parceiros	2400-441 Leiria	6090	73 080,00	6 219,57	4
	natural	PT160200001116795VH	EB1 Courelas	Rua 25 de Abril	Pousos	2410-247 Leiria	9034	108 408,00	9 226,21	4
	natural	PT160200001125392TJ	Jl Pernelhas	Urbanização Camarinhos	Meia Légua	2400-430 Leiria	6198	74 376,00	6 329,87	4
	natural	PT160200001140503JJ	Jl Marinheiros	Rua Balcota - Urbanização Vale Fonte	Vale Sepal	2415-791 Leiria	1494	17 928,00	1 525,79	3
	natural	PT160200001156526CM	Jl Monte Real	Rua de Leiria	Monte Real	2425-039 Monte Real	3909	46 908,00	3 992,17	4
	natural	PT160200001152961AM	Jl Bairro das Almuíñas	Rua Dr. Magalhães Pessoa	Bairro das Almuíñas	2415-308 Leiria	150	1 800,00	153,19	1
	natural	PT160200001159587SF	EB1 Marinheiros	Rua da Escola	Marinheiros	2415-449 Leiria	2935	35 220,00	2 997,45	4
	natural	PT160200001086892MS	EB1 Capuchos	Rua Dr. João N. Caetano Guerreiro	Leiria	2400-160 Leiria	3998	47 976,00	4 083,06	4
	natural	PT160200001174716YW	EB1 Quinta da Alcáda	Rua Fernão Magalhães	Quinta da Alcáda	2415-828 Leiria	226	2 712,00	230,81	1
	natural	PT160200001152810LS	EB1 Gândara dos Olivais	Rua Sardoá	Gândara dos Olivais	2415-360 Leiria	4850	58 200,00	4 953,19	4
	natural	PT160200001153887CB	EB1 Marrazes	Rua Prof. Joaquim C. Bataíña	Marrazes	2400 Leiria	100	1 200,00	102,13	4
	natural	PT160200001013679LB	Quartel dos Bombeiros Municipais	Rua Tomar	Leiria	2400-186 Leiria	3900	46 800,00	3 982,98	4
	natural	PT160200001199444TM	EB1 Monte Real	Rua Prof. Piedade Leitão Serra	Monte Real	2425-047 Monte Real	5282	63 384,00	5 394,38	4
	natural	PT160200001224420MA	Museu Moinho de Papel	Rua Roberto Ivens	Leiria	2400 Leiria	5000	60 000,00	5 106,38	4
	natural	PT160200001205377MG	Jl Telheiro	Travessa Infantário	Telheiro	2410-346 Leiria	6336	76 032,00	6 470,81	4
	natural	PT160200001044720VQ	Jl/EB1 Cruz D'Areia	Rua Poeta José Marques Cruz	Cruz D'Areia	2410-053 Leiria	13054	156 648,00	13 331,74	4
	natural	PT160200001236277ZS	Jl/EB1 Barosa	Estrada da Barosa	Barosa	2400-013 Leiria	1032	12 384,00	1 053,96	4
	natural	PT160200001170103NN	Estádio Municipal Dr. Magalhães Pessoa Restaurante VIP Poente	Zona Desportiva Cidade de Leiria	Leiria	2400 Leiria	290	3 480,00	296,17	1
	natural	PT160200001162996WN	Estádio Municipal Dr. Magalhães Pessoa - Restaurante NASCENTE Self Service	Zona Desportiva Cidade de Leiria	Leiria	2401 Leiria	600	7 200,00	612,77	1
	natural	PT160200001251196LF	Centro escolar de Barrera/ Telheiro	Rua Pinhal Verde	Telheiro	2410-490 Leiria	6313	75 756,00	6 447,32	4
	natural	PT160200001251231CL	Centro Escolar de Parceiros	Rua Vale do Porco, Parceiros, 2400-441 Leiria	Parceiros	2400-441 Leiria	4500	54 000,00	4 595,74	4
	natural	PT160200001018177PR	habitação	Rua Dr. Magalhães Pessoa, 2	Leiria	2410-131 Leiria	100	1 200,00	102,13	1
	natural	PT160200001014210LJ	habitação	Rua da Alegria, n.2, 1º Dto	Guimarota	2410-067 Leiria	4500	54 000,00	4 595,74	1
natural	PT160200001052170ZT	Centro de Saude Corjão Henriques	Travessa rua dos Marques	Leiria	2410-013 Leiria	9175	108 900,00	9 268,09	4	
natural	PT160200001017817SD	habitação	Estrada da Mata, n.º97, R/c direito, Barros,	Marrazes	2415-557 Marrazes	100	1 200,00	102,13	1	
						1 645 092,00				

		2025	2024
energia de 34 edif	1 646 292,00 €	137 191,00 €	1 509 101,00 €

energia de emt. cmp e CS GH	2 615 895,00 €	217 991,25 €	2 397 903,75 €
-----------------------------	----------------	--------------	----------------

termo fixo para 34 edif.	1 831,72 €		
Termo fixo para emt e cmp	1 375,76 €		

estimativa de € (energia) para 34 edifícios (lote 2)	95 484,94 €	7 957,08 €	87 527,86 €
estimativa de € (energia) para emt, cmp e csgh (Lote 1)	470 861,10 €	39 238,43 €	431 622,68 €

total de € (energia) para todos os edifícios	569 553,51 €		
valor com taxas (compromisso)	797 374,91 €		

preços de mercado liberalizado					
Escalão	Consumo anual (m3)	Termo fixo (preço base) (€/DIA) (ate 30/9)	atualizado out 23	cueto energia /kW (preço base) (€/DIA) (ate 30/9)	atualizado out 23
Escalão 1	0 - 220	0,0733	0,0750592	0,06	0,06144
Escalão 2	221 - 500	0,1103	0,1129472	0,0564	0,0577336
Escalão 3	501 - 1.000	0,1466	0,1493232	0,0535	0,054794
Escalão 4	1.001 - 10.000	0,1705	0,174592	0,0525	0,05376



CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º 120/2023/DICP

Fornecimento de gás natural canalizado, por lotes, para as instalações do Município de Leiria, na modalidade de fornecimento contínuo

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Artigo 1.º | Objeto do concurso

1. O objeto do concurso consiste no **fornecimento de gás natural canalizado para as instalações do Município de Leiria, na modalidade de fornecimento contínuo, Lote 1** – Tarifa BP > 10.000 m³ e **Lote 2** – Escalões de consumo de 1 a 4, dele constando as condições jurídicas, económicas e técnicas que regem a referida aquisição - (código CPV **09123000** – Gás natural), de acordo com as condições definidas no Caderno de Encargos, artigo 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

2. O presente procedimento por Concurso Público é efetuado nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

Artigo 2.º | Preço Base

1 - O preço base para a totalidade dos **Lotes** que constituem o objeto do presente Caderno de Encargos, é de **€566.346,04**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, distribuído da seguinte forma:

- a) **Lote 1 - Tarifa BP > 10.000 m³:**
- €470.861,10**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
 - €1,8846/dia (termo tarifário fixo).
- b) **Lote 2 - Escalões de consumo de 1 a 4** - conforme tabela abaixo:
- €95.484,94**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
 - Termo tarifário fixo.

1

Escalão	Consumo anual (m ³)	Termo fixo (preço base) (€/DIA)
Escalão 1	0 - 220	€0,0751
Escalão 2	221 - 500	€0,1129
Escalão 3	501 - 1.000	€0,1503
Escalão 4	1.001 - 10.000	€0,1746

2 – O preço base corresponde:

- ao valor máximo a pagar pelo fornecimento de gás que constituem objeto do contrato e respetiva instalação;
- O preço base **não inclui taxas**, impostos e custos de capacidade;
- O preço base não inclui o valor do **termo tarifário fixo diário**.



Artigo 3.º | Entidade pública contratante

A entidade pública contratante é o Município de Leiria, sito no Largo da República, 2414-006 Leiria, com o número de telefone 244 839 500, endereço eletrónico aprovisionamento@cm-leiria.pt e plataforma eletrónica de contratação pública com endereço <https://www.anogov.com/cm-leiria/faces/>.

Artigo 4.º | Órgão que tomou a decisão de contratar

1. A autorização de abertura do procedimento foi tomada por deliberação da Câmara Municipal de Leiria de___/___/___, ao abrigo do disposto no artigo 36.º do CCP, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.
2. Trata-se de um compromisso plurianual enquadrado na autorização genérica da Assembleia Municipal de Leiria, deliberada na sua sessão de 15 de dezembro de 2023, aquando da aprovação dos documentos previsionais para 2024, com reforço da verba do plano plurianual autorizado pela 2.ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades, deliberada na sessão da Assembleia Municipal de Leiria de 16 de fevereiro de 2024.

Artigo 5.º | Consulta das peças do concurso

3. O programa do procedimento e o caderno de encargos encontram-se patentes na página de Internet da Câmara Municipal de Leiria (<https://www.cm-leiria.pt>) e, em formato papel, na morada indicada na Artigo 3.º deste programa do concurso, onde poderão ser consultados, durante as horas de expediente, das 9h00m às 12h30m e das 14h00m às 17h30m, desde a data da publicação do anúncio até ao termo do prazo para apresentação das propostas.
2. As peças do concurso também se encontram disponibilizadas na plataforma eletrónica anoGov, com o endereço <https://www.anogov.com/cm-leiria/faces/>.

Artigo 6.º | Esclarecimentos, retificações e alteração das peças procedimentais

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do presente programa do procedimento, caderno de encargos e respetivos anexos, bem como lista que identifique, expressa e inequivocamente, os erros e omissões detetados, nos termos do n.º 1 do artigo 50.º do CCP, devem ser colocados na plataforma eletrónica com endereço <https://www.anogov.com/cm-leiria/faces/>, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos sobre as peças procedimentais serão prestados pelo júri do procedimento ou pelo órgão competente, através da plataforma eletrónica referida no número anterior, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. No prazo definido no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deverá pronunciar-se sobre os erros e omissões, bem como proceder às retificações sobre as peças procedimentais.
4. Os esclarecimentos e as retificações farão parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecerão sobre estas em caso de divergência.

Artigo 7.º | Concorrentes

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participe no procedimento de formação de um contrato, mediante a apresentação de uma proposta.
2. Serão admitidos os concorrentes que cumpram, cumulativamente, os seguintes requisitos:
 - a) Não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP;
 - b) Reúnam todos os requisitos legais constantes deste concurso.
3. É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes, de acordo com o disposto no artigo 54.º do CCP.
4. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do n.º 2 do artigo 54.º do CCP, nem integrar outro agrupamento concorrente.
5. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.



Município de Leiria
Câmara Municipal

6. Na situação prevista no número anterior e em caso de adjudicação, todos os membros do(s) agrupamento(s) concorrente(s), e apenas estes, deverão associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

7. O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de chefe do consórcio, devendo-lhe ser conferido, no mesmo ato, por procuração, os poderes a que se refere o artigo 14, n.º 1, alíneas a), b) c) e d) do Decreto-Lei 231/81, de 28 de julho, que será o único interlocutor responsável perante a entidade adjudicante.

Artigo 8.º | Proposta

1. O concorrente manifestará, na proposta, a sua vontade de contratar e indicará as condições em que se dispõe a fazê-lo.

2. Na proposta o concorrente deverá indicar o preço unitário, **por Lote, (€/Kw)**, bem como **termo tarifário fixo**, conforme mapa com a designação **Anexo III**.

3. Todos os preços deverão ser expressos em euros, em algarismos e não incluirão o IVA. Quando os preços sejam indicados também por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem sobre os indicados em algarismo.

4. A proposta deverá ser apresentada na plataforma eletrónica <https://www.anogov.com/cm-leiria/faces>, **contendo assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante. Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira, a este último, poderes para o efeito**, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.

5. No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta deverá ser assinada por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes, ou pelo representante comum, caso aquelas o tenham designado, devendo este, para tal, estar devidamente mandatado.

6. Todas as despesas inerentes à elaboração da proposta serão da responsabilidade do concorrente.

Artigo 9.º | Documentos que constituem a proposta

1. A proposta, **para cada Lote**, é constituída pelos seguintes documentos:

a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, disponível em, <https://espd.uzp.gov.pl/filter?lang=pt>, devendo ser selecionadas as seguintes opções:

- i. "Sou um operador económico";
- ii. "Importar um DEUCP";
- iii. "Carregar documento" – selecionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante na plataforma <https://www.anogov.com/cm-leiria/faces/>;
- iv. Selecionar o país do concorrente;
- v. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
- vi. No final, selecionar a opção "Imprimir" o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser **assinado e enviado junto aos documentos da proposta**;

b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:

c) **Lista de preços unitários, por Lote, (€/kw), bem como termo tarifário fixo, utilizando o formulário do Anexo III** a este programa do procedimento e que deverá cumprir o disposto no artigo 60.º do CCP.

2. Poderá ser junto à proposta a **Certidão do registo comercial** (certidão permanente) ou códigos de acesso à mesma, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente que permita relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura.

3. No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta poderá ser acompanhada de instrumentos de mandato, emitido por cada uma das entidades que o compõe, designando um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do concurso.

4. Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, conjugado com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, por remissão do n.º 4 do artigo 62.º, também do CCP.



5. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deverá a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante, nos termos do n.º 7 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

6. Todos os documentos que integram a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa. ou, não o sendo, deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

7. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deverá ser previamente requerida pelos interessados, nos termos do artigo 66.º do CCP.

Artigo 10.º | Requisitos para os ficheiros das propostas

Outros documentos, para além dos exigidos no n.º 1 do Artigo anterior, deverão ser apresentados em ficheiro distinto.

Artigo 11.º | Apresentação de propostas variantes

1. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
2. São variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos pelo caderno de encargos.
3. Cada concorrente só pode apresentar uma única proposta.

Artigo 12.º | Negociação das propostas

As propostas não serão objeto de negociação.

Artigo 13.º | Prazo para apresentação das propostas

1. As propostas serão apresentadas na plataforma eletrónica <https://www.anogov.com/cm-leiria/faces/>, até às 23h59m do 30.º dia, a contar da data de envio do anúncio para publicação no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.
2. As propostas e os documentos que as acompanham serão entregues através da plataforma eletrónica até à data e horas definidas no número anterior.
3. Os concorrentes deverão prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora fixada no n.º 1 do presente Artigo.

Artigo 14.º | Retirada da proposta

1. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à entidade adjudicante.
2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

Artigo 15.º | Prazo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo da obrigação de manutenção das propostas será de **120 dias**, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, não havendo lugar a qualquer prorrogação.

Artigo 16.º | Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, sendo esse fator o mais baixo preço.
2. Fixação dos seguintes critérios de desempate, a aplicar em caso de empate, aferido nos termos do ponto anterior, pela ordem a seguir apresentada:



Município de Leiria
Câmara Municipal

o **Lote 1 - Gás natural canalizado - Tarifa BP > 10.000 m3:**

Em caso de empate, deve ser adjudicada a proposta que apresentar o menor valor no componente termo tarifário fixo, conforme consta do Anexo III.

o **Lote 2 - Gás natural canalizado - Escalões de consumo de 1 a 4:**

i) Em caso de empate, deve ser adjudicada a proposta que apresentar o menor valor no componente de preço do KW do 4.º escalão;

ii) Caso se mantenha o empate neste lote, nos termos aferidos no ponto i) anterior, deve ser adjudicada a proposta que apresentar o menor valor no componente de termo tarifário fixo do 4.º escalão;

3. Caso o empate subsista, em qualquer dos lotes, será realizado um sorteio em ato público, a convocar pelo júri do procedimento, por forma a selecionar a proposta a adjudicar, devendo os concorrentes ser notificados com antecedência mínima de 3 dias, para comparecerem perante esse sorteio, dando-lhes a conhecer, a data, hora e local do mesmo.

Artigo 17.º | Análise das propostas

1. São excluídas as propostas que apresentem algum(ns) dos motivos constantes dos artigos 70.º e 146.º do CCP.

2. São também excluídas as propostas apresentadas nos Lotes 1 e 2, cujo proposta de valor unitário relativo ao termo tarifário fixo seja superior ao estabelecido na Cláusula 2.ª do Caderno de Encargos, ou seja:

- Lote 1** - O termo tarifário fixo **não deve** ser superior a €1,8846/dia;
- Lote 2** - O termo tarifário fixo de cada escalão, **não deve** exceder o previsto para cada um deles nos seguintes termos:

Escalão	Consumo anual (m3)	Termo fixo (preço base) (€/DIA)
Escalão 1	0 - 220	€0,0751
Escalão 2	221 - 500	€0,1129
Escalão 3	501 - 1.000	€0,1503
Escalão 4	1.001 - 10.000	€0,1746

5

3. A adulteração do anexo III (Proposta base e lista de preços unitários) disponibilizado pela entidade adjudicante no que diz respeito à forma e/ou à falta de apresentação dos conteúdos e/ou dos cálculos solicitados, **poderá**, também, constituir também causa de exclusão da proposta.

4. Na análise das propostas o júri do procedimento terá em consideração apenas os documentos exigidos no presente programa do concurso, bem como quaisquer outros documentos que o concorrente apresente, que contenham os atributos da proposta e que o concorrente considere indispensáveis para avaliação da mesma.

Artigo 18.º | Caução

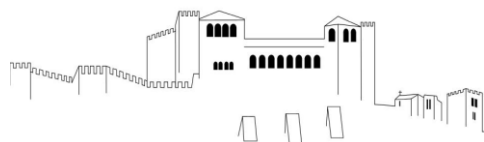
1. O adjudicatário deve prestar, no prazo de **10 dias** a contar da notificação de adjudicação, uma caução no valor de 1% do preço contratual, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais.

2. Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário será de 1% do preço contratual.

3. A caução referida nos números anteriores deve ser prestada:

a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português, nos termos do modelo constante do **anexo IV**;

b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do **anexo V**.



Artigo 19.º | Documentos de habilitação e outros documentos para assinatura do contrato

1. O adjudicatário deve apresentar, no **prazo de 10 dias úteis** a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos ou disponibilização de acesso para a sua consulta online:

- a) Declaração de situação regularizada relativamente a contribuições para a **segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- b) Declaração de situação regularizada relativamente a **impostos** devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- c) **Certificado(s) de registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, **de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções**, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
- d) **Declaração ou código de acesso do Registo Central do Beneficiário Efetivo** da Entidade Adjudicatária;
- e) **Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP**, conforme modelo constante do **anexo II** do presente programa do procedimento (declaração de não impedimento, conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos) - de acordo com alterações em vigor desde 20.06.2021;
- f) **Documento que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar** (certidão permanente ou documento equivalente).

2. O adjudicatário, deverá, ainda, no mesmo prazo, entregar os seguintes elementos indispensáveis à outorga do contrato:

- a) N.º de Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade / N.º de Contribuinte / Naturalidade e residência da(s) pessoa(s) que intervêm no contrato;
- b) Documento(s) comprovativo(s) de que a pessoa que intervém no contrato tem poderes para tal.

3. No caso de agrupamento de concorrentes, cada uma das entidades que o compõe deverá apresentar os documentos referidos nas alíneas a), b), c) e e) do número 1 do presente Artigo.

4. Podem ainda ser solicitados, pelo órgão competente, ao adjudicatário quaisquer documentos comprovativos das habilitações ou certificações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo razoável para o efeito.

5. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos nas alíneas a) a c) do n.º 1 se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

6. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nas alíneas a) a c) do n.º 1, ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.

7. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário, por um período não superior a **cinco dias**.

8. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário suscetíveis de motivar a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do CCP, será concedido um prazo adicional de **3 dias** úteis, destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP.

9. Os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

10. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

Artigo 20.º | Caducidade da adjudicação

A adjudicação caduca quando:



Município de Leiria Câmara Municipal

- a) Por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto nos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 86.º e no artigo 87.º do CCP;
- b) Por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para outorga do contrato ou remeter o contrato assinado eletronicamente no prazo fixado pelo órgão competente, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto no artigo 105.º do CCP;
- c) O adjudicatário não confirmar os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, nos termos do disposto no artigo 93.º do CCP;
- d) Se verificar a ocorrência de circunstâncias supervenientes que inviabilizem a celebração do contrato, nos termos do disposto no artigo 87.º-A do CCP.

Artigo 21.º | Aceitação da minuta do contrato

1. A minuta do contrato a celebrar deverá ser notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos **5 dias úteis** subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 22.º | Reclamação contra a minuta

1. Serão admissíveis reclamações contra a minuta do contrato quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que serviram de base ao concurso.
2. Em caso de reclamação, o órgão competente que aprovou a minuta do contrato comunicará ao adjudicatário, no prazo de 10 dias úteis, o que houver decidido sobre a mesma, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

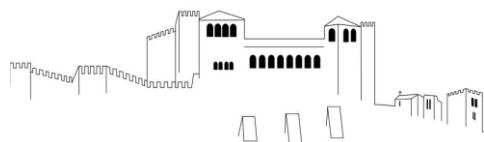
Artigo 23.º | Celebração do contrato escrito

1. A outorga do contrato deverá ter lugar no prazo de 30 dias úteis contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a) Decorridos **10 dias contados** da data de notificação da decisão de adjudicação;
 - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c) Comprovada a prestação da caução, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - d) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.
2. A entidade pública contratante comunicará ao adjudicatário:
 - a) Com a antecedência mínima de cinco dias úteis, a data, hora e local em que ocorrerá a outorga do contrato, no caso de assinatura presencial; ou
 - b) Num prazo não inferior a 3 dias úteis, o prazo para outorga e remessa do contrato, no caso de assinatura por meios eletrónicos, sendo esta considerada a modalidade preferencial por parte do Município de Leiria.

Artigo 24.º | Legislação aplicável

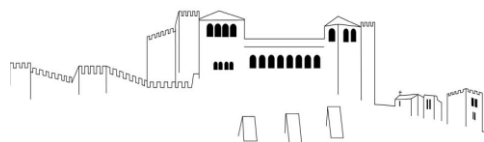
Em tudo o que o presente programa de concurso for omissivo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA / A VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA,



ANEXOS AO PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

- Anexo I – Documento Europeu Único de Contratação Pública
- Anexo II – Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP
- Anexo III – Modelo de Proposta base e lista de preços unitários, por lote (ficheiros em excel)
- Anexo IV – Modelo de Guia de Depósito Bancário
- Anexo V – Modelo de Garantia Bancária/Seguro Caução.



Município de Leiria
Câmara Municipal

Anexo I

Documento Europeu Único de Contratação Pública



MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ¹..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de..... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada² não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados³] os documentos comprovativos de que a sua representada⁴ não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b), d), e) e h)* do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local),..... (data),..... [assinatura ⁵].

[Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]

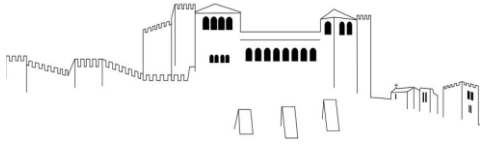
¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

³ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁴ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

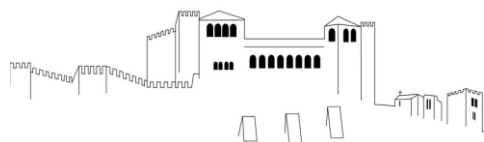
⁵ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



Município de Leiria
Câmara Municipal

Anexo III

Proposta e Lista de Preços Unitários por Lote
[Ficheiro em excel anexo]



Município de Leiria
Câmara Municipal

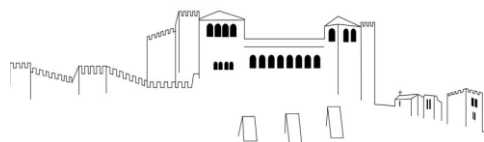
Anexo IV

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Euros _____ €

Vai _____ (nome do adjudicatário), com sede em _____ (morada), depositar na _____ (sede, filial, agência ou delegação) do Banco _____ a quantia de _____ (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos (eliminar o que não interessa), como caução exigida para _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (entidade adjudicante), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

**MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO**

Garantia bancária/seguro de caução n.º ____

Em nome e a pedido de _____ (*adjudicatário*), vem o(a) _____ (*instituição garante*), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (*entidade adjudicante beneficiária*), uma garantia bancária/seguro-caução (*eliminar o que não interessar*), até ao montante de _____ (*por algarismos e por extenso*), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 (*eliminar o que não interessar*) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 1% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (*eliminar o que não interessar*) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

13

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

Parte I: Informações relativas ao procedimento de contratação e à autoridade ou entidade contratante

Informações sobre a publicação

Número do anúncio no índice do JO:

-

Jornal Oficial Nacional

-

Caso não seja publicado um anúncio de concurso no Jornal Oficial da União Europeia, ou se tal publicação não for obrigatória, a autoridade adjudicante ou a entidade adjudicante deve preencher as informações que permitam identificar de forma inequívoca o procedimento de contratação (por exemplo, a referência da publicação a nível nacional)

Identidade do adquirente

Nome oficial:

Município de Leiria

País:

Portugal

Informações sobre o procedimento de contratação

Tipo de procedimento

Concurso aberto

Título:

CPN (i) 120/2023/DICP - Fornecimento de gás natural canalizado, por lotes, para as instalações do Município de Leiria, na modalidade de fornecimento contínuo

Descrição sucinta:

CPN (i) 120/2023/DICP - Fornecimento de gás natural canalizado, por lotes, para as instalações do Município de Leiria, na modalidade de fornecimento contínuo: Lote 1 - Tarifa BP > 10.000 m³ ; Lote 2 - Escalões de consumo de 1 a 4.

Número de referência atribuído ao processo pela autoridade contratante ou pela entidade contratante (caso aplicável):

CPN (i) 120/2023/DICP

Parte II: Informações sobre o operador económico

A: Informações sobre o operador económico

Nome:

-

Rua e número:

-

Código postal:

-

Localidade:

-

País:

Endereço Internet (sítio web) (se aplicável):

-

Correio eletrónico:

-

Telefone:

-

Pessoa ou pessoas a contactar:

-

Número de IVA, se aplicável:

-

Se o número de IVA não for aplicável, indicar outro número de identificação nacional, quando necessário e se for aplicável

-

O operador económico é uma micro, uma pequena ou uma média empresa?

Sim

Não

Apenas no caso de contratos reservados: o operador económico é uma entidade cujo objetivo é a integração social ou profissional, uma «empresa social» ou prevê a execução do contrato no quadro de programas de emprego protegido?

Sim

Não

Qual a percentagem correspondente de trabalhadores com deficiência ou desfavorecidos?

-

Se necessário, queira especificar a que categoria ou categorias específicas de trabalhadores com deficiência ou desfavorecidos pertencem os empregados

-

Se for caso disso, o operador económico encontra-se inscrito numa lista oficial de operadores económicos aprovados ou dispõe de certificação equivalente (por exemplo, no âmbito de um sistema de (pré-)qualificação)?

Sim

Não

- Responder às outras partes da presente secção, à secção B e, caso necessário, à secção C, da presente parte, preencher a parte V, se for caso disso, e, em todo o caso, preencher e assinar a parte VI.

a) Queira indicar o número de registo ou de certificação relevante, se aplicável:

-

b) Se o certificado de inscrição ou a certificação puderem ser obtidos por via eletrónica, indicar:

-

c) Indicar as referências em que se baseia a inscrição ou a certificação e, se for caso disso, a classificação obtida na lista oficial:

-

d) A inscrição ou a certificação abrange todos os critérios de seleção necessários?

Sim

Não

- Preencher também as informações em falta na parte IV, secções A, B, C ou D, consoante o caso, UNICAMENTE se tal for exigido no anúncio ou nos documentos do concurso relevantes

e) Pode o operador económico apresentar um certificado relativo ao pagamento das contribuições para a segurança social e dos impostos ou

prestar informações que permitam à autoridade contratante ou entidade contratante obtê-lo diretamente através de uma base de dados nacional em qualquer Estado-Membro e que possa ser consultada gratuitamente?

- Sim
 Não

Se a documentação pertinente puder ser obtida por via eletrónica, indicar:

-

O operador económico participa no procedimento de contratação conjuntamente com outros operadores?

- Sim
 Não

- Queira assegurar que as outras partes interessadas preenchem um formulário DEUCP distinto.

a) Indicar o papel do operador económico no grupo (chefe do grupo, responsável pela execução de tarefas específicas...):

-

b) Indicar os outros operadores económicos que participam conjuntamente no procedimento de contratação:

-

c) Nome do grupo participante, se aplicável:

-

Quando aplicável, indicação do(s) lote(s) aos quais o operador económico pretende concorrer:

-

B: Informações sobre os representantes do operador económico #1

- Se aplicável, indicar o(s) nome(s) e endereço(s) da(s) pessoa(s) habilitada(s) a representar o operador económico para efeitos do presente procedimento de contratação:

Nome próprio

-
- Apelido**
-
- Data de nascimento**
-
- Local de nascimento**
-
- Rua e número:**
-
- Código postal:**
-
- Localidade:**
-
- País:**
-
- Correio eletrónico:**
-
- Telefone:**
-
- Cargo/Agindo na qualidade de:**
-
- Caso necessário, fornecer informações pormenorizadas sobre a representação (forma assumida, dimensão, efeito...):**
-

C: Informações sobre o recurso às capacidades de outras entidades

O operador económico depende das capacidades de outras entidades para preencher os critérios de seleção estabelecidos na parte IV, bem como os (eventuais) critérios e regras indicados na parte V?

- Sim
- Não

- Queira apresentar um formulário DEUCP separado com as informações exigidas nas secções A e B da presente parte e na parte III para cada uma das entidades envolvidas, devidamente preenchidos e assinados por essas mesmas entidades.

Queira notar que essas informações devem também incluir quaisquer técnicos ou serviços técnicos não diretamente integrados na empresa do operador

económico, em particular os responsáveis pelo controlo da qualidade e, no caso dos contratos de empreitada de obras públicas, dos técnicos ou dos serviços técnicos a quem o operador económico poderá recorrer para executar as obras.

Na medida em que forem relevantes para efeitos da(s) capacidade(s) específica(s) a que o operador económico irá recorrer, queira incluir as informações exigidas nas partes IV e V em relação a cada uma das entidades envolvidas.

D: Informações sobre os subcontratantes a cujas capacidades o operador económico não irá recorrer

- (Esta secção só deverá ser preenchida se a informação em causa for explicitamente exigida pela autoridade ou entidade contratante.)

O operador económico tem a intenção de subcontratar alguma parte do contrato a terceiros?

- Sim
 Não

Em caso afirmativo e na medida em que sejam conhecidos, queira apresentar uma lista dos subcontratantes propostos:

-

- Se a autoridade ou entidade contratante solicitar expressamente essas informações para além das informações previstas na Parte I, queira apresentá-las nas secções A e B da presente parte e na Parte III para cada (categoria de) subcontratante em causa.

Parte III: Motivos de exclusão

A: Motivos relacionados com condenações penais

O artigo 57.º, n.º 1, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes motivos de exclusão:

Participação numa organização criminosa

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por participação numa organização criminosa, objeto de uma condenação

proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho, de 24 de outubro de 2008, relativa à luta contra a criminalidade organizada (JO L 300 de 11.11.2008, p. 42).

Queira inserir a sua resposta

- Sim
 Não
-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
 Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Corrupção

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por corrupção, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 3.º da Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários das Comunidades Europeias ou dos Estados-Membros da União Europeia (JO C 195 de 25.6.1997, p. 1) e do artigo 2.º, n.º 1, da Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho, de 22 de julho de 2003, relativa ao combate à corrupção no setor privado (JO L 192 de 31.7.2003, p. 54). Este motivo de exclusão inclui também a corrupção conforme definida na legislação nacional da autoridade contratante (entidade contratante) ou do operador económico.

Queira inserir a sua resposta

- Sim
 Não
-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
 Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Fraude

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por fraude, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à proteção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias (JO C 316 de 27.11.1995, p. 48).

Queira inserir a sua resposta

- Sim
 Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
 Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação,

decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção dos artigos 1.º e 3.º da Decisão-Quadro do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa à luta contra o terrorismo (JO L 164 de 22.6.2002, p. 3). Este motivo de exclusão inclui também a instigação, a cumplicidade ou a tentativa de infração nos termos do artigo 4.º da referida decisão-quadro.

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
- Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 1.º da Diretiva 2005/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro de 2005, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo (JO L 309 de 25.11.2005, p. 15).

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
 Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 2.º da Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, e que substitui a Decisão-Quadro 2002/629/JAI do Conselho (JO L 101 de 15.4.2011, p. 1).

Queira inserir a sua resposta

- Sim
 Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
 Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

B: Motivos relacionados com o pagamento de impostos ou de contribuições para a segurança social

O artigo 57.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes motivos de exclusão:

Pagamento de impostos

O operador económico violou as suas obrigações relativas ao pagamento de impostos, quer no país em que se encontra estabelecido, quer no Estado-Membro da autoridade ou entidade contratante, se este último for diferente desse país de estabelecimento?

Queira inserir a sua resposta

- Sim
 Não

País ou Estado-Membro em causa

Montante em causa

-

Este incumprimento das obrigações foi estabelecido por outros meios que não uma decisão judicial ou administrativa?

- Sim
 Não

Se o incumprimento das obrigações foi estabelecido através de uma decisão judicial ou administrativa, a mesma é final e vinculativa?

- Sim
 Não

Queira indicar a data da condenação ou da decisão

-

Em caso de condenação, e na medida em que seja determinado diretamente na mesma, indicar a duração do período de exclusão

-

Queira descrever os meios utilizados

-

O operador económico já cumpriu as suas obrigações, pagando ou celebrando um acordo vinculativo com vista a pagar os impostos ou as contribuições para a segurança social em atraso, incluindo, se for caso disso, eventuais juros vencidos ou multas?

- Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

Sim

Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Pagamento de contribuições para a segurança social

O operador económico violou as suas obrigações relativas ao pagamento de contribuições para a segurança social, quer no país em que se encontra estabelecido, quer no Estado-Membro da autoridade ou da entidade contratante, se este último for diferente desse país de estabelecimento?

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

País ou Estado-Membro em causa

Montante em causa

-

Este incumprimento das obrigações foi estabelecido por outros meios que não uma decisão judicial ou administrativa?

Sim

Não

Se o incumprimento das obrigações foi estabelecido através de uma decisão judicial ou administrativa, a mesma é final e vinculativa?

Sim

Não

Queira indicar a data da condenação ou da decisão

-

Em caso de condenação, e na medida em que seja determinado diretamente na mesma, indicar a duração do período de exclusão

-

Queira descrever os meios utilizados

-

O operador económico já cumpriu as suas obrigações, pagando ou celebrando um acordo vinculativo com vista a pagar os impostos ou as contribuições para a segurança social em atraso, incluindo, se for caso disso, eventuais juros vencidos ou multas?

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

Sim

Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

C: Motivos relacionados com a insolvência, conflitos de interesses ou uma falta grave em matéria profissional

O artigo 57.º, n.º 4, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes motivos de exclusão:

Violação das obrigações no domínio da legislação ambiental

Tanto quanto é do seu conhecimento, infringiu o operador económico qualquer das suas obrigações por força da legislação ambiental? Tal como previsto para efeitos do presente concurso na legislação nacional, no anúncio ou na documentação do concurso relevante ou no artigo 18.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE.

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Violação das obrigações no domínio da legislação social

Tanto quanto é do seu conhecimento, infringiu o operador económico qualquer das suas obrigações por força da legislação social? Tal como previsto para efeitos do presente concurso na legislação nacional, no anúncio ou na documentação do concurso relevante ou no artigo 18.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE.

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Violação das obrigações no domínio da legislação laboral

Tanto quanto é do seu conhecimento, infringiu o operador económico qualquer das suas obrigações por força da legislação laboral? Tal como previsto para efeitos do presente concurso na legislação nacional, no anúncio ou na documentação do concurso relevante ou no artigo 18.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE.

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Falência

O operador económico encontra-se em situação de falência?

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

Sim

Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Insolvência

O operador económico é objeto de um processo de insolvência ou de liquidação?

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer

possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

Sim

Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Acordo com os credores

O operador económico celebrou um acordo com os seus credores?

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

Sim

Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Situação análoga, como falência ao abrigo da legislação nacional

O operador económico encontra-se em alguma situação análoga, como uma situação de falência decorrente de um processo da mesma natureza nos termos da legislação e regulamentação nacionais?

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

Sim

Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Ativos sob gestão por um liquidatário

Os ativos do operador económico estão a ser geridos por um liquidatário ou pelos tribunais?

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

Sim

Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Atividades suspensas

As atividades do operador económico encontram-se suspensas?

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

Sim

Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Acordos com outros operadores económicos com o objetivo de distorcer a concorrência

O operador económico celebrou acordos com outros operadores económicos com vista a distorcer a concorrência?

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Falta grave em matéria profissional

O operador económico foi declarado culpado de uma falta grave em matéria profissional? Se for caso disso, ver as definições na legislação nacional, no anúncio relevante ou na documentação do concurso.

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

-

Conflitos de interesses decorrentes da participação no procedimento de contratação

O operador económico tem conhecimento de qualquer conflito de interesses, como tipificado na legislação nacional, no anúncio relevante ou na documentação do concurso, decorrentes da sua participação no procedimento de contratação?

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

Queira descrever essas medidas

-

Intervenção direta ou indireta na preparação do presente procedimento de contratação

O operador económico ou uma empresa que lhe está associada aconselhou a autoridade ou entidade contratante ou participou de alguma outra forma na preparação do procedimento de contratação?

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

Queira descrever essas medidas

-

Rescisão antecipada, indemnizações ou outras sanções comparáveis

O operador económico foi objeto de rescisão antecipada de um contrato público anterior, de um contrato anterior com uma entidade contratante ou de um contrato de concessão anterior ou ainda objeto de um pedido de indemnização ou de outras sanções comparáveis ao abrigo desse contrato anterior?

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

- Sim
- Não

Queira descrever essas medidas

-

Culpado de falsas declarações, ocultou informações, não conseguiu fornecer os documentos exigidos e obteve informações confidenciais sobre o presente procedimento

O operador económico já esteve numa das seguintes situações:

- a) Foi considerado culpado de falsas declarações ao prestar as informações requeridas para a verificação da inexistência de motivos de exclusão ou o cumprimento dos critérios de seleção,
- b) Ocultou essas informações,
- c) Não conseguiu apresentar sem demora os documentos comprovativos exigidos por uma autoridade contratante ou entidade contratante, e
- d) Diligenciou no sentido de influenciar indevidamente o processo de decisão pela autoridade ou entidade contratante para obter informações confidenciais suscetíveis de lhe conferir vantagens indevidas no concurso nem de prestar, por negligência, informações deturpadas suscetíveis de influenciar de forma determinante decisões de exclusão, seleção ou adjudicação?

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

Parte IV: Critérios de seleção

Terminar

Parte VI: Declarações finais

O operador económico declara sob compromisso de honra que as informações apresentadas nas partes II - V são exatas e corretas, tendo sido prestadas com conhecimento das consequências de prestar falsas declarações.

O operador económico declara sob compromisso de honra que pode mediante pedido e sem demora, fornecer os certificados ou outros documentos comprovativos referidos, salvo quando::

- a) A autoridade ou entidade contratante disponha da possibilidade de obter diretamente os documentos comprovativos em causa mediante a consulta gratuita de uma base de dados nacional de qualquer Estado-Membro (desde que o operador tenha fornecido as informações (endereço Web, autoridade ou organismo emitente, referência exata da documentação) necessárias para permitir que a autoridade ou entidade contratante o faça. Quando necessário, este elemento deverá ser acompanhado das autorizações de acesso exigidas), ou
- b) a partir de 18 de outubro de 2018, o mais tardar (dependendo da transposição para a legislação nacional do artigo 59.º, n.º 5, alínea b), da

Diretiva 2014/24/UE), a autoridade ou entidade contratante já disporá dos documentos em causa.

O operador económico autoriza expressamente a autoridade ou entidade adjudicante, conforme indicada na parte I, a ter acesso aos documentos comprovativos das informações prestadas nas informações constantes da parte III e da parte IV do presente Documento Europeu Único de Contratação Pública para efeitos do procedimento de adjudicação estabelecido na parte I.

Data, local e, quando exigido ou necessário, assinatura(s):

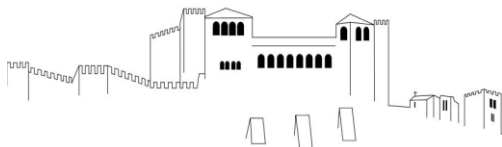
Data

-

Local

-

Assinatura



Município de Leiria Câmara Municipal

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º 120/2023/DICP

Fornecimento de gás natural canalizado, por lotes, para as instalações do Município de Leiria, na modalidade de fornecimento contínuo

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.ª | Objeto do concurso

1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar que tem por objeto principal o **fornecimento de gás natural canalizado, por lotes, para os edifícios municipais do Concelho de Leiria, na modalidade de fornecimento contínuo - Lote 1** – Tarifa BP > 10.000 m3 e **Lote 2** – Escalões de consumo de 1 a 4, dele constando as condições jurídicas, económicas e técnicas que regem a referida aquisição.

2 – O fornecimento de gás, que inclui os produtos e serviços a adquirir no âmbito do contrato a celebrar, deverá cumprir as especificações técnicas previstas na legislação em vigor.

3 - As especificações técnicas do objeto do contrato, bem como o número dos locais de consumo e os valores máximos contratuais respeitantes a cada lote constam da **PARTE II – Especificações Técnicas** do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª | Preço base

1 - O preço base para a totalidade dos **Lotes** que constituem o objeto do presente Caderno de Encargos, é de, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, distribuído da seguinte forma:

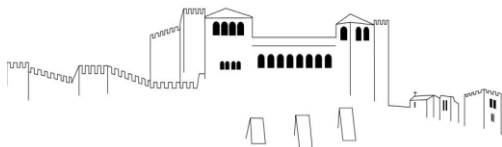
- a) **Lote 1 - Tarifa BP > 10.000 m3:**
 - a. **€470.861,10**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
 - b. €1,8846/dia (termo tarifário fixo).
- b) **Lote 2 – Escalões de consumo de 1 a 4** - conforme tabela abaixo:
 - a. **€95.484,94**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
 - b. Termo tarifário fixo.

Conforme tabela de distribuição do anexo A ao presente caderno de encargos.

Escalão	Consumo anual (m3)	Termo fixo (preço base) (€/DIA)
Escalão 1	0 - 220	€0,0751
Escalão 2	221 - 500	€0,1129
Escalão 3	501 - 1.000	€0,1503
Escalão 4	1.001 - 10.000	€0,1746

2 – O preço base corresponde:

- a) Ao valor máximo a pagar pelo fornecimento de gás que constituem objeto do contrato e respetiva instalação;
- b) O preço base **não inclui taxas**, impostos e custos de capacidade;



Município de Leiria Câmara Municipal

- c) O preço base **não inclui** o valor do termo tarifário fixo diário.

Cláusula 3.ª | Representantes das partes

1 – Cada uma das partes obriga-se a nomear um representante responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e que desempenhe o papel de interlocutor com a parte contrária para todos os fins associados à execução do contrato.

2 – Cada uma das partes obriga-se a informar, por escrito, a outra parte da identidade e dos contactos dos respetivos representantes previsto no número anterior.

Cláusula 4.ª | Contrato

1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.

2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5 - Além dos documentos indicados no n.º 2, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

Cláusula 5.ª | Duração do contrato

1 - O contrato vigorará pelo prazo de **12 meses**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2 - O prazo de duração do contrato é contado a partir do dia seguinte à data da celebração do respetivo contrato escrito.

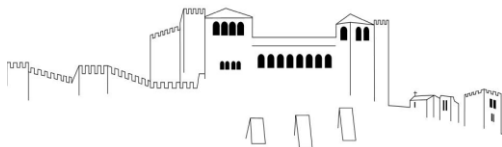
Cláusula 6.ª | Gestor do contrato

Em cumprimento do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, o acompanhamento da execução do contrato será assegurado pelo Coordenador Funcional da Divisão de Manutenção de Edifícios, Equipamentos e Sistemas - **(DIMEES)** enquanto Gestor do Contrato.

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I | Obrigações do adjudicatário

Subsecção I | Disposições gerais



Município de Leiria Câmara Municipal

Cláusula 7.ª | Obrigações principais do adjudicatário

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de fornecer gás natural canalizado, em regime de mercado livre, à entidade adjudicante, nos locais a definir por esta conforme as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade de acordo com a proposta apresentada, designadamente os parâmetros de qualidade de serviço definidos no Regulamento da Qualidade de Serviço e no Regulamento das Relações Comerciais (RQS), emitidos pela ERSE, os requisitos técnicos e níveis de serviço mínimos definidos neste Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
- b) Obrigação de disponibilização dos registos de leituras de consumo de gás, preferencialmente por tele-contagem com acesso via WEB, à Entidade Adjudicante;
- c) Obrigação de proceder à transferência dos contadores no prazo máximo de **60 dias úteis** após celebração do contrato;
- d) Obrigação de, no caso de não ser possível o cumprimento do prazo indicado na alínea anterior, comunicar tal facto ao Município;
- e) Sem prejuízo do disposto nas alíneas anteriores, o prazo de entrega poderá ser acordado entre a entidade adjudicante e as entidades fornecedoras;
- f) Obrigação de não alterar as condições de fornecimento de gás fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
- g) Obrigação de comunicar antecipadamente os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento de gás ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado com a entidade adquirente;
- h) Obrigação de comunicar à entidade adjudicante a nomeação do gestor de cliente responsável pelos contratos celebrados e quaisquer alterações relativas à sua nomeação;
- i) Obrigação de prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de fornecimento de gás, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justificarem;
- j) Obrigação de disponibilizar à entidade adjudicante o relatório de faturação, nos termos da Cláusula 4.ª da Parte II do Caderno de Encargos.

2 - A título acessório, o fornecedor ficará, ainda, obrigado, designadamente a realizar todas as tarefas solicitadas pela entidade adjudicante e abrangidas pelo contrato a celebrar, com a diligência e qualidade requeridas pelo tipo de trabalho em causa mesmo que para tal tenha de recorrer aos meios humanos, materiais e informáticos que entenda necessários e adequados ao fornecimento de gás e à completa execução das tarefas ao seu cargo.

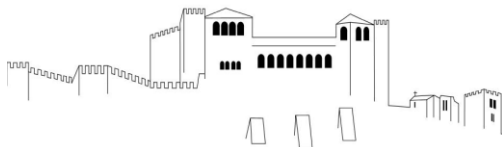
Cláusula 8.ª | Auditorias aos bens fornecidos e à prestação de serviços

1 - As entidades fornecedoras obrigam-se a permitir à entidade adjudicante, ou a quem esta designe, durante a vigência do contrato de fornecimento, a realização de auditorias a todas as suas instalações para efeitos de monitorização da qualidade da execução dos contratos de fornecimento de gás e o cumprimento das obrigações legais e, quando justificado, aplicar as devidas sanções.

2 - Durante a fase de realização da auditoria, as entidades fornecedoras devem prestar toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar, durante a realização daquelas, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

3 - Os encargos com a realização das auditorias, devidamente comprovados, são da exclusiva responsabilidade das entidades fornecedoras.

4 - Verificada qualquer discrepância com as características, especificações e requisitos técnicos definidos pelas normas legais ou contratuais aplicáveis ou não se comprovando a total operacionalidade dos produtos e serviços, as entidades adjudicantes disso informarão as entidades fornecedoras, por escrito, devendo estas proceder, à sua custa e no prazo razoável acordado com as entidades adquirentes, às reparações ou substituições necessárias.



Município de Leiria Câmara Municipal

Cláusula 9.ª | **Segurança**

As entidades fornecedoras acordarão com a entidade adjudicante as normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para o acesso e circulação nas instalações desta última, para a realização dos trabalhos necessários para a entrega e abastecimento dos produtos e serviços objeto do contrato, se necessário.

Subsecção II | **Dever de sigilo**

Cláusula 10.ª | **Informação e sigilo**

1 - O cocontratante deverá guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Leiria, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não poderão ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 11.ª | **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo vigorará até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II | **Obrigações do Município de Leiria**

Cláusula 12.ª | **Obrigações do contraente público**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, o Município de Leiria fica obrigado a:

- a) Nomear um gestor de categoria responsável pela gestão do contrato celebrado e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;
- b) Monitorizar os requisitos técnicos e níveis serviço, e aplicar as devidas sanções em caso de incumprimento.

Cláusula 13.ª | **Preço contratual**

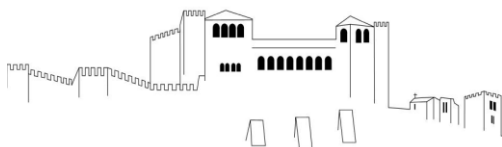
1 – Pelo cumprimento de todas as obrigações do adjudicatário, a entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário, em função do consumo efetivamente verificado, os valores que resultam da aplicação do preço unitário da energia ou do preço unitário, de acordo com a proposta adjudicada, acrescidos das tarifas aplicáveis definidas legalmente, nomeadamente:

- a) Termo Tarifário Fixo;
- b) Tarifa de Acesso à Rede;
- c) Capacidade de Entrada;
- d) Taxa de Ocupação do Subsolo;
- e) Impostos.

2 – Entende-se por tarifas de acesso à rede os preços das componentes reguladas que sejam aprovadas pela ERSE e estejam em vigor no período de faturação.

3 – **Os preços constantes da PROPOSTA não são revistos durante a vigência do contrato.**

4- Os preços a apresentar pelas entidades fornecedoras não incluem **IVA** nem **ISP** – Imposto sobre Produtos



Município de Leiria Câmara Municipal

Petrolíferos.

Cláusula 14.ª | Condições de pagamento

1- As quantias devidas pelo Município de Leiria, nos termos das cláusulas anteriores, deverão ser pagas após a receção, pelo contraente público, das respetivas faturas, **no prazo de 30 dias**, as quais deverão conter a discriminação da totalidade dos fornecimentos objeto do contrato, nomeadamente dos consumos efetivamente verificados no mês anterior, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2- As faturas deverão ser enviadas para o Município de Leiria – Divisão Financeira, Largo da República, 2414-006 Leiria, ou para o email financeira@cm-leiria.pt, com a indicação do número do pedido de fornecimento (PFO) e respetivo compromisso da seguinte forma:

01.01.2024 a 31.12.2024(*)	Faturas em formato PDF	Através de correio eletrónico financeira@cm-leiria.pt
	Faturação eletrónica	Através solução EDI, via plataforma SaphetyDoc (www.saphety.com)
(*) A partir desta data deixam de ser aceites faturas em formato PDF.		

3- Para os efeitos do disposto no n.º 1, a obrigação considerar-se-á vencida com o fornecimento de gás objeto do contrato, de acordo com o pedido de fornecimento.

4- Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes, não poderão ser propostos adiantamentos por conta dos bens a fornecer.

5- Em caso de discordância por parte do Município de Leiria, quanto aos valores indicados nas faturas, deverá este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

6- Desde que devidamente emitidas as faturas e observado o disposto no n.º 1, os pagamentos serão efetuados preferencialmente através de transferência bancária.

7- Para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato e no caso de não ser exigida a prestação da caução, poderá o Município de Leiria, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 15.ª | Penalidades contratuais

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Leiria poderá, ainda, aplicar ao fornecedor o seguinte regime de penalidades:

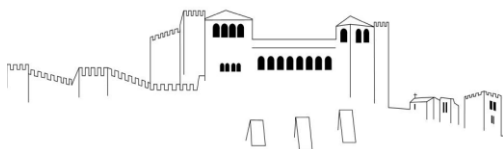
- No que respeita ao incumprimento do prazo previsto para transferência dos contadores [Cláusula 7.ª – alínea c) do n.º 1] - €50,00, por contadores e por cada dia de atraso;
- €100,00, por incumprimento de qualquer outra obrigação prevista;

2 – Quando as sanções revistam natureza pecuniária, o respetivo valor acumulado não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.

3 - Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o Município de Leiria decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Leiria terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Leiria exija uma indemnização pelo dano excedente.



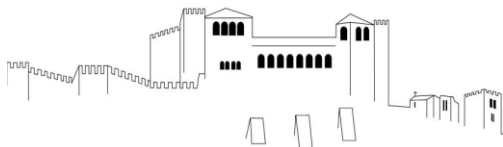
Município de Leiria Câmara Municipal

Cláusula 16.ª | Força maior

1. A não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior não será havida como incumprimento, pelo que não deverão, nesses casos, ser impostas penalidades ao fornecedor.
2. Entende-se como casos de força maior o conjunto de circunstâncias que impossibilitem a realização pontual das prestações, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
3. Desde que verificados os requisitos do número anterior, poderão constituir casos de força maior, entre outros, os tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, pandemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
4. Não constituirão casos de força maior:
 - a) As circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) As determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo fornecedor, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - c) As manifestações populares devidas ao incumprimento de normas legais pelo fornecedor
 - d) Os incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência deste ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - e) As avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não resultantes de sabotagem;
 - f) Os eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deverá ser imediatamente comunicada à outra parte.
6. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior poderá determinar a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior (mediante recalendarização acordada entre o Município de Leiria e o fornecedor dos bens) ou o cancelamento do fornecimento dos bens, decisão que fica na disponibilidade do Município de Leiria, não podendo ser atribuídas quaisquer responsabilidades, mormente indemnizatórias, à entidade adjudicante decorrentes da prorrogação ou do cancelamento do fornecimento dos bens.

Cláusula 17.ª | Resolução por parte do contraente público

- 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Leiria poderá resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:
 - a) Desvio do objeto do fornecimento de bens;
 - b) Não cumprimento das obrigações principais previstas na Cláusula 7.ª do presente caderno de encargos;
 - c) Se não forem cumpridas as especificações técnicas estabelecidas deste Caderno de Encargos;
 - d) Interrupção da prestação de serviços por facto imputável ao adjudicatário por período superior a cinco dias seguidos ou interpolados;
 - e) Quando houver recusa expressa no pagamento das penalidades;
- 2 - O direito de resolução referido no número anterior exercer-se-á mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determinará a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Leiria.
- 3 - A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer acção que venha a ser interposta por parte do Município de Leiria com vista à justa indemnização por perdas e danos eventualmente sofridos com incumprimento do contrato.



Município de Leiria Câmara Municipal

Cláusula 18.ª | **Transição dos serviços objeto do contrato**

Em qualquer caso de extinção do contrato, independentemente do motivo que lhe der origem, o adjudicatário obriga-se a prestar toda a assistência necessária na transição do fornecimento de bens objeto do contrato para a ENTIDADE ADJUDICANTE ou para terceiro por esta designado, de modo que se garanta a sua continuidade, a mínima perturbação deste, e a transição ocorra de forma progressiva e ordenada.

Capítulo IV - Caução e Seguros

Cláusula 19.ª | **Execução da caução**

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa do Procedimento, poderá ser executada pelo Município de Leiria, sem necessidade de prévia decisão judicial, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso ou incumprimento definitivo, por parte do adjudicatário, das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pelo Município de Leiria não impedirá a execução da caução, contanto que para tal haja motivo.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constituirá o adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de **15 dias** após a notificação do Município de Leiria para esse efeito, nos termos do artigo 296.º do Código dos Contratos Públicos.
4. A caução a que se referem os números anteriores será liberada nos termos do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 20.ª | **Seguros**

1. Serão da exclusiva responsabilidade do adjudicatário todas as obrigações relativas ao pessoal utilizado na prestação de serviços, assim como o cumprimento de toda a legislação aplicável, nomeadamente a relativa à celebração de seguros de acidentes de trabalho, ao cumprimento do horário de trabalho e à contratação de trabalhadores imigrantes, bem como a legislação relativa à celebração de seguros de responsabilidade civil.
2. O Município de Leiria poderá, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo 5 dias úteis.

Capítulo V - Resolução de litígios

Cláusula 21.ª | **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

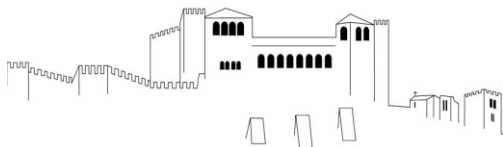
Capítulo VI - Disposições finais

Cláusula 22.ª | **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes dependerá da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 23.ª | **Responsabilidade**

1. O fornecedor responderá, nos termos da lei, por todos os danos ou prejuízos sofridos pelo Município de Leiria, seus trabalhadores, operadores ou terceiros, em consequência da prestação de serviços, devendo para tal celebrar os necessários contratos de seguros, conforme disposto na Cláusula 20.ª.
2. Se o Município de Leiria tiver de assumir a indemnização de prejuízos que, nos termos do presente caderno de encargos, são da responsabilidade do fornecedor, este indemnizá-lo-á em todas as despesas que, por esse facto e seja



Município de Leiria Câmara Municipal

a que título for, houver que suportar, assistindo ao Município de Leiria o direito de regresso das quantias que tiver pago ou que tiver que pagar.

3. O Município de Leiria não responderá por quaisquer danos ou prejuízos sofridos pelo adjudicatário, salvo culpa comprovada dos seus trabalhadores no exercício das respetivas funções.

Cláusula 24.^a | **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma partes, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

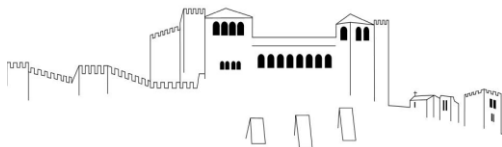
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita ou eletrónica de dados considera-se recebida na data constante da respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor, salvo no que respeita às comunicações que tenham como destinatário a Entidade Adjudicante e efetuadas em dia não útil ou após as 17 horas de dia útil, as quais se presumem feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

Cláusula 25.^a | **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 26.^a | **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa em vigor.



PARTE II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Cláusula 1.ª | Aquisição de fornecimento de gás

O contrato a celebrar prevê o fornecimento, em regime de fornecimento contínuo, de Gás natural canalizado (kW).

Cláusula 2.ª | Locais de Consumo

1. Os locais de consumo são:

a. Lote 1 – **Consumo baixa pressão acima dos 10.000 m3/ano:**

- i. Estádio Municipal de Leiria
- ii. Complexo Municipal de Piscinas de Leiria
- iii. Centro de saúde Dr. Arnaldo Sampaio

Consumo anual estimado de 2 615 895 kW

b. Lote 2 – **Consumo baixa pressão nos escalões de consumo entre 1 e 4:**

i. Diversas instalações conforme tabela em anexo ao presente caderno de encargos.

Designação	N.º de Instalações	Consumo Anual Estimado
Gás natural canalizado	34	1 646 292 kW

2. O consumo anual estimado acima mencionado é meramente indicativo, sendo que o Município de Leiria não garante que seja adquirida a totalidade desse consumo.

3. O número de instalações poderá sofrer alterações ao longo do contrato, quer com a entrada de novas instalações, quer com a saída de outras.

Cláusula 3.ª | Condições de fornecimento

1. O fornecimento é contínuo e implica ligação à rede canalizada de distribuição de Gás para as instalações e nos termos indicados pela entidade adjudicante.

2. A entidade adjudicante deve comunicar às entidades fornecedoras, o mais rápido possível, qualquer anomalia resultante do abastecimento dos produtos.

3. Quando a anomalia for imputável às entidades fornecedoras, estas ficam obrigadas a suportar os custos inerentes à reposição das condições de utilização existentes anteriormente à ocorrência da anomalia.

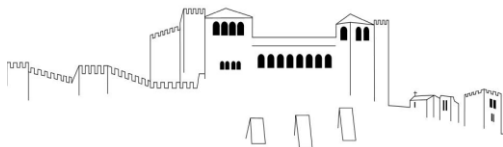
4. Para além dos custos referidos no número anterior, pode ser exigida às entidades fornecedoras uma indemnização pelos custos incorridos e prejuízos causados a pessoas, bens ou pela inoperacionalidade do depósito de abastecimento.

Cláusula 4.ª | Relatórios de faturação

1. É obrigação das entidades fornecedoras remeter ao Município de Leiria, os relatórios de gestão com dados dos consumos, em formato Microsoft EXCEL, para efeito de integração em plataforma de gestão energética, para o consumo de gás natural canalizado (kW).

2. O relatório de faturação, a que se refere o n.º 1, que poderá ser substituída pela fatura emitida mensalmente, deverá conter os seguintes dados:

- a) Identificação do número do contrato;



Município de Leiria Câmara Municipal

- b) Identificação da entidade adquirente e local de entrega;
- c) Identificação do produto fornecido e respetivas quantidades;
- d) Identificação do valor do fornecimento em euros;
- e) Número, data e valor das faturas;
- f) Datas de início e fim do contrato.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA / A VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA,

ANEXO A - Gás natural

	Tipo de gás	CUI	Instalação	MORADA	Localidade	Código Postal	Consumo (kWh)	consumo ano (estimativa) (kwh)	consumo ano (estimativa) (m³)	escalaço de consumo
Lote 1	natural	PT1602000001009856ZY	Estádio Municipal Dr. Magalhães Pessoa	Zona Desportiva Cidade de Leiria	Leiria	2402 Leiria	66804,25	801 651,00	68 225,62	
	natural	PT1602000001024712QG	Complexo Municipal de Piscinas de Leiria	Av. Bernardino Pimentel	Leiria	2400 -137 Leiria	140000	1 680 000,00	142 978,72	
	natural	PT1602000001174450VN	Centro de Saude Dr. Arnaldo Santos	Estrada da Mata, Marrazes	Marrazes	2415-557 Leiria	11187	134 244,00	11 425,02	
						Totais	2 615 895,00	227 629,36		
Lote 2	natural	PT1602000001145733XE	Estaleiros da Guimarota	Rua Vale de Lobos	Guimarota	2410-078 Leiria	1328	15 936,00	1 356,26	4
	natural	PT1602000001086891MZ	Jl Capuchos	Rua Dr. João N. Caetano Guerreiro	Capuchos	2400-160 Leiria	4338	52 056,00	4 430,30	4
	natural	PT1602000001087062JR	EB1 Arrabalde	Rua Pero Alvito	Leiria	2400-208 Leiria	3753	45 036,00	3 832,85	4
	natural	PT1602000001086893MQ	Jl/EB1 Guimarota	Rua Alegria	Guimarota	2410-067 Leiria	3097	37 164,00	3 162,89	4
	natural	PT1602000001086890MJ	EB1 Amarela	Avenida Marquês Pombal	Leiria	2410-152 Leiria	9322	111 864,00	9 520,34	4
	natural	PT1602000001223734KF	EB1 Arrabal	Rua João Deus	Arrabal	2410 Leiria	3764	45 168,00	3 844,09	4
	natural	PT1602000001096940MN	EB1 Parceiros	Largo da Escola	Parceiros	2400 Leiria	180	2 160,00	183,83	4
	natural	PT1602000001090230NH	EB1 Branca	Largo Rainha Santa Isabel	Leiria	2410 Leiria	12179	146 148,00	12 438,13	4
	natural	PT1602000001100912VM	Jl Gândara dos Olivais	Rua Glória Gordalina	Gândara dos Olivais	2415-331 Leiria	114	1 368,00	116,43	4
	natural	PT1602000001175572CF	EB1 Andrinos	Rua Principal	Andrinos	2410-014 Leiria	50	600,00	51,06	2
	natural	PT1602000001109397HA	Jl Parceiros	Rua Escola	Parceiros	2400-441 Leiria	6090	73 080,00	6 219,57	4
	natural	PT1602000001116795VM	EB1 Courelas	Rua 25 de Abril	Pousos	2410-247 Leiria	9034	108 408,00	9 226,21	4
	natural	PT1602000001125392TJ	Jl Pernelhas	Urbanização Camarinhos	Meia Légua	2400-430 Leiria	6198	74 376,00	6 329,87	4
	natural	PT1602000001140503JJ	Jl Marinheiros	Rua Balçota - Urbanização Vale Fonte	Vale Sepal	2415-791 Leiria	1494	17 928,00	1 525,79	3
	natural	PT1602000001156526CM	Jl Monte Real	Rua de Leiria	Monte Real	2425-039 Leiria	3909	46 908,00	3 992,17	4
	natural	PT1602000001152961AM	Jl Bairro das Almunhas	Rua Dr. Magalhães Pessoa	Bairro das Almunhas	2415-308 Leiria	150	1 800,00	153,19	1
	natural	PT1602000001159587SF	EB1 Marinheiros	Rua da Escola	Marinheiros	2415-449 Leiria	2935	35 220,00	2 997,45	4
	natural	PT1602000001086892MS	EB1 Capuchos	Rua Dr. João N. Caetano Guerreiro	Leiria	2400-160 Leiria	3998	47 976,00	4 083,06	4
	natural	PT1602000001174716YW	EB1 Quinta da Alçada	Rua Fernão Magalhães	Quinta da Alçada	2415-828 Leiria	226	2 712,00	230,81	1
	natural	PT1602000001152810LS	EB1 Gândara dos Olivais	Rua Sardoá	Gândara dos Olivais	2415-360 Leiria	4850	58 200,00	4 953,19	4
	natural	PT1602000001153887CB	EB1 Marrazes	Rua Prof. Joaquina C. Bataha	Marrazes	2400 Leiria	100	1 200,00	102,13	4
	natural	PT1602000001013679LB	Quartel dos Bombeiros Municipais	Rua Tomar	Leiria	2400-186 Leiria	3900	46 800,00	3 982,98	4
	natural	PT1602000001199444TM	EB1 Monte Real	Rua Prof. Piedade Leitão Serra	Monte Real	2425-047 Leiria	5282	63 384,00	5 394,38	4
	natural	PT1602000001224420MA	Museu Moinho de Papel	Rua Roberto Ivens	Leiria	2400 Leiria	5000	60 000,00	5 106,38	4
	natural	PT1602000001205377MG	Jl Telheiro	Travessa Infantilário	Telheiro	2410-346 Leiria	6336	76 032,00	6 470,81	4
	natural	PT1602000001047472QV	Jl/EB1 Cruz D'Areia	Rua Poeta José Marques Cruz	Cruz D'Areia	2410-053 Leiria	13054	156 648,00	13 331,74	4
	natural	PT1602000001236277ZS	Jl/EB1 Barosa	Estrada da Barosa	Barosa	2400-013 Leiria	1032	12 384,00	1 053,96	4
	natural	PT1602000001170103NN	Estádio Municipal Dr. Magalhães Pessoa - Restaurante VIP Poente	Zona Desportiva Cidade de Leiria	Leiria	2400 Leiria	290	3 480,00	296,17	1
	natural	PT1602000001162996WN	Estádio Municipal Dr. Magalhães Pessoa - Restaurante NASCENTE Self Service	Zona Desportiva Cidade de Leiria	Leiria	2401 Leiria	600	7 200,00	612,77	1
	natural	PT1602000001251196LF	Centro escolar de Barreira/ Telheiro	Rua Pinhal Verde	Telheiro	2410-490 Leiria	6313	75 756,00	6 447,32	4
	natural	PT1602000001251231CL	Centro Escolar de Parceiros	Rua Vale do Porco, Parceiros - 2400-441 Leiria	Parceiros	2400-441 Leiria	4500	54 000,00	4 595,74	4
	natural	PT1602000001018177PK	habitação	Rua Dr. Magalhães Pessoa, 2	Leiria	2410-131 Leiria	100	1 200,00	102,13	1
natural	PT1602000001014210LJ	habitação	Rua da Alegria, n.2, 1º Dto	Guimarota	2410-067 Leiria	4500	54 000,00	4 595,74	1	
natural	PT1602000001052170ZT	Centro de Saude Gorção Henriques	Travessa rua dos Marques	Leiria	2410-013 Leiria	9175	108 900,00	9 268,09	4	
natural	PT1602000001017817SD	habitação	Estrada da Mata, n.997, R/C direito, Barros,	Marrazes	2415-557 Marrazes	100	1 200,00	102,13	1	
						1 646 292,00				

Proposta de tarifário

Preencher apenas o campos a amarelo

Concorrente:

Lote 1 - Gás Natural canalizado - superior a 10.000 m3 /ano

	Preço	Consumo estimado kW	Preço total	Preço base
Preço de energia (€/kW)		2 615 895,00	0,00 €	470 861,10 €
Preço de termo tarifário fixo				

Proposta de tarifário

Preencher apenas o campos a amarelo

Concorrente:

Lote 2 - Gás Natural Canalizado, até 4º escalão de consumo (incluído)	
Preço base (energia)	95 484,94 €

				Preço	
				energia (€/kW)	Termo tarifário fixo
GNC1	Baixa Pressão	Escalão 1	0-220m3/ano		
GNC2	Baixa Pressão	Escalão 2	221m3-500m3		
GNC3	Baixa Pressão	Escalão 3	501m3-1 000m3		
GNC4	Baixa Pressão	Escalão 4	1 001m3-10 000m3		

Consumo estimado kW	Preço total
71 592,00	0,00 €
600,00	0,00 €
17 928,00	0,00 €
1 556 172,00	0,00 €
1 646 292,00	0,00 €